

ACTA n.º 6

6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DA RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO SADO – CMC POGRNES

Reuniram-se no dia 17 de Maio de 2007 pelas 14.30 na sede da Reserva Natural do Estuário do Sado os representantes das seguintes entidades:

- o Instituto da Conservação da Natureza – Arqto Henrique Pereira dos Santos – que presidiu
- o Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – Arq. Eduardo Carqueijeiro
- o Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo - Dra. Lília Fidalgo
- o Direcção Geral dos Recursos Florestais – Eng. João de Sousa Teixeira
- o Direcção Geral das Pescas e Aquicultura – Dr.a Maria Luísa Silva
- o Direcção Regional de Agricultura do Alentejo – Eng. Luís Didelet
- o Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste - Eng. Delfina Marques Jorge
- o Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (ex. Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica) - Eng. Maria Helena Sequeira e Eng. Inês Santos
- o REFER - Dr. José António Moreira
- o Direcção Geral de Turismo – Arq. Marta Lazana
- o Direcção Geral da Saúde – Dr.a Maria Leonor Batalha
- o Capitania do Porto de Setúbal – Patrão Mor Luís Lamarelho Martins
- o Instituto Português de Arqueologia – Dra. Ana Margarida Martins
- o CM de Setúbal – Arq. Eduarda Gomes e Arq. Vasco Silva e Arq. Sandra Lagarto
- o CM de Palmela - Arq. João Carlos Antunes
- o CM de Alcácer do Sal – Eng. Edgar Costa
- o Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra – APSS – Eng. Graça Viegas
- o ONG's de Ambiente – APASADO – Dr.a Maria de Fátima Rodrigues

Não compareceram as seguintes entidades da CMC:

- o Direcção Geral Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- o CM de Grândola
- o CM Vendas Novas

Estiveram ainda presentes:

- o Maria José da Costa Xavier da DRAPAL
- o Isabel Costa da DGPA
- o Fernanda Ambrósio do INAG
- o Ana Martins da IGESPAR, IP (ex. IPA)
- o Roseta Faria da DGADR
- o Carlos Pina da CCDRLVT
- o João Carvalho da ANPC (Associação Nacional de Proprietários e Produtores de Caça)
- o António Leite Saraiva da AVICAÇA
- o Gonçalo Lynce de Faria da Associação de Beneficiários de Regantes do Vale do Sado
- o Venâncio Bicha da Associação de Beneficiários de Regantes do Vale do Sado
- o João Reis Mendes da APARROZ
- o Vasco Silva da CM Setúbal
- o Nuno Moita da CM de Palmela
- o Nuno Belo da CM Alcácer do Sal
- o Raquel Rosário da AFLOPS
- o Ricardo Florêncio da Herdade da Comporta
- o Representante da ANAQUA

Do Consórcio DHVFBO/BIODESIGN/ERENA

- o Dr.a Romana Rocha
- o Eng. Ana Neves Adelino
- o Dra. Ana Rita Marina
- o Dr. Pedro Beja

Do ICNB/RNES

- o Dr.a Teresa Leonardo
- o Arq. Madalena Sampaio
- o Eng. Isabel Santos
- o Dr. Mário Reis
- o Dr. Miguel Henriques



Ordem de trabalhos:

1. apresentação da proposta final;
2. discussão dos comentários das várias entidades à proposta entregue;
3. entrega da documentação final.

O Presidente da CMC iniciou a 6ª CMC por colocar à consideração dos elementos da CMC a participação de outra entidade convidada, a Associação Nacional de Proprietários e Caçadores, tendo a mesma sido aprovada.

Apresentou a acta da 5ª CMC (a mesma tinha sido enviada por mail), que foi aprovada na generalidade, feita uma pequena ressalva por parte da DGADR (ex-IDRHa).

Fez o ponto de situação dos trabalhos, esclarecendo que o Parecer Final se reporta apenas às entidades da CMC, evidenciando as posições discordantes, sendo os pareceres integrais das entidades da CMC apresentados em anexo ao parecer final. Os contributos das entidades convidadas não são incluídos no Parecer Final.

A Equipa Técnica procedeu à apresentação da Fase 3 – Proposta de Ordenamento, em termos das alterações efectuadas às versões apresentadas na 5ª CMC (26-04-07) do Regulamento e Planta de Síntese, decorrentes das reuniões sectoriais e dos contributos enviados pelas entidades.

Foi dada nota de que os contributos do IPA e da CM de Setúbal não foram analisados e integrados na versão agora apresentada, porque fora do tempo útil à elaboração dos trabalhos.

No decurso da apresentação pela Equipa Técnica, o Presidente da CMC fez as seguintes ressalvas:

- o Face à presença de excepções às actividades interditas, é possível que as mesmas, por questões meramente jurídicas, passem a condicionadas.
- o Em resposta ao DGADR sobre a existência de conflito entre o AHVS e a zona classificada como PT e PPI, referiu que aquela classificação se encontra justificada como opção necessária à conservação dos valores naturais, e que, para além disso, não há conhecimento de qualquer intenção de irrigar as áreas de sapal. De qualquer modo, toda a área do APHVS encontra-se marcada na Planta de Condicionantes

A DGADR (ex-IDRHa) solicitou as shapes relativas ao regime de protecção, tendo sido acordado que as mesmas seriam enviadas a todas entidades via email.

A Herdade do Pinheiro teve uma primeira intervenção em que refere a necessidade de aferir o zonamento dos regimes de protecção relativo a pequenas manchas no interior da Herdade do Pinheiro.

Numa segunda intervenção, a Herdade do Pinheiro referiu um conjunto de questões relativos que à versão da Proposta de Ordenamento apresentada na 5ª CMC (que constam do parecer enviado), pelo que entende que algumas daquelas questões tenham já sido ultrapassados na presente versão.

Referiu que os elementos deviam ser disponibilizados atempadamente para análise até á reunião, e que este problema metodológico interfere com a qualidade do trabalho. Destaca-se, ainda assim, algumas dessas questões:



Praça da República
2900-587 Setúbal
Portugal

Telefone 351.265 541140
Telefax 351.265 541155
Email: mes@icn.pt
<http://www.icn.pt>

- o Crítica a definição de um conjunto de actividades condicionadas, e que abrangem a Herdade do Pinheiro, consideradas desadequadas aos direitos de propriedade aí existentes, tais como as filmagens, a investigação científica e as queimadas para controlo do nemátodo do pinheiro.
- o Solicita a alteração da classificação da área estuarina frente à Herdade do Pinheiro, de modo a impedir a atracação de embarcações.
- o Discorda também da interdição à caça, que pode antes ser condicionada a determinadas espécies e utilização de munições ecológicas.
- o Necessidade de efectivar a fiscalização, representada pela existência de construções ilegais e outras actividades interditas.

Por fim, deu nota de que iria contactar a equipa para aferição das imprecisões de zonamento na Herdade do Pinheiro.

O Presidente da CMC explicou que a disponibilização dos elementos na própria reunião é necessária para o cumprimento dos prazos estipulados, e que, tratando-se de reuniões intercalares, não interfere com a qualidade do produto final, na medida em que os contributos recebidos são analisados e progressivamente inseridos no âmbito da elaboração do POGRNES. Neste sentido, esclarece que muitas das questões referidas pela Herdade do Pinheiro, encontram-se já tratadas na versão que agora se coloca a apreciação para parecer final. É o caso da questão da investigação, permanecendo, ainda algumas questões que poderão ser melhoradas, tal como seja a exigência de autorização ou parecer para a realização de filmagens.

A APSS questiona sobre a menção a alterações à versão agora apresentada, tendo sido esclarecida que a Proposta de Ordenamento assim como os elementos referentes à reedição das Fases 1 e 2 constituem elementos finais, para emissão de Parecer Final.

Este será procedido de eventuais reuniões de concertação e alterações aos elementos.

A APSS solicita ter acesso aos contributos do INAG relativos a dragagens (que o INAG se comprometeu enviar na 5ª CMC) e como os mesmos foram traduzidos na versão dos trabalhos agora apresentada, tendo sido esclarecida que tais contributos não foram ainda recebidos.

A Herdade do Pinheiro questiona a actualização da cartografia, face à cartografia das zonas húmidas.

A CM de Setúbal questiona se os perímetros urbanos transpostos para a Planta de Síntese correspondem aos perímetros urbanos em vigor, tendo o mesmo sido confirmado.

O INAG refere que os contributos se encontram já preparados, e que serão enviados, referindo apenas que a terminologia de "Águas Estuarinas" deve ser alterada para "Área Estuarina".

A Associação Nacional de Proprietários e Caçadores refere particularmente sobre a actividade cinegética, que deve ser retirada a referência às portarias e alterada a interdição à caça, respeitando os perímetros de caça. Mostrou-se disponível para reunião sectorial.

A DGRF referiu que também o seu parecer aborda as questões da caça.

A CM de Setúbal apresentou um conjunto de questões constantes do parecer enviado na 2ª feira anterior à reunião, e de onde constam também questões relativas às fases anteriores.

Destacam-se as questões relativas à delimitação dos perímetros urbanos, face à especificidade dos espaços para-urbanos do concelho, que poderão ser classificados como espaços urbanos no âmbito da revisão do PDM, em curso.

O ICN refere que todas as questões que não se encontrem transpostas na reedição da Fase 1 e 2 e na versão da Proposta de Ordenamento, devem constar no Parecer, podendo então ser alteradas. Todavia, no que se refere aos espaços para-urbanos, esclareceu que os mesmos não serão definidos como perímetros urbanos, remetendo essa discussão para a revisão do PDM, com o acompanhamento do ICNB.

A ANAQUA levanta uma questão específica relativa à decantação, tendo se acordado que a mesma seria discutida com a equipa após o final da reunião.

A DGPA esclarece o seu entendimento de que os reservatórios não constituem qualquer problema para a conservação da natureza.

O Presidente da CMC conclui os trabalhos, definindo o dia **15 de Junho** como prazo para a recepção dos contributos, relativos aos elementos finais do Plano (incluindo a reedição das fases anteriores) do Plano.

Compromete-se a enviar um esboço do Parecer Final até **dia 22 de Junho**, entregando já no final da primeira reunião o primeiro esboço do mesmo.

A 7ª CMC, para emissão do Parecer Final foi marcada para dia **27 de Junho** às 14.30h na sede da RNES.

Nada mais havendo a tratar o Presidente da CMC deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta.

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA
RESERVA NATURAL DO ESTUÁRIO DO SADO**

**COMISSÃO MISTA DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO E GESTÃO DA
RNES 6ª REUNIÃO**

Data: 17-05-2007

Entidades	Nome	Assinatura	Contactos
ICN que preside	Arqto Henrique Pereira dos Santos		213507900 santoshp@icn.pt
CCDR LISBOA e Vale do Tejo	Arqto Eduardo Carqueijeiro		265528160 eduardo.carqueijeiro@ccdr-lyt.pt
CCDR Alentejo	Dr.a Lília Fidalgo		lilia.fidalgo@ccdr-a.gov.pt
D. Geral dos Recursos Florestais	Eng. João de Sousa Teixeira		219249882 joao.teixeira@dgrf.min-agricultura.pt
DG das Pescas e Aquicultura	Eng. Maria Luísa Silva		213035927 luisas@dga.min-agricultura.pt
DGOTDU	Dr. Fernando Alves		
DR Agricultura do Alentejo	Eng. Luís Didelet		265610320 luis.didelet@mail.telepac.pt
DR Agricultura do Ribatejo e Oeste	Eng. José António Gomes Pereira		263286600 dvirhega@draro.pt
Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (ex. IDRHA)	Eng. Maria Helena Sequeira Eng. Aires Santos	 	218442385 218442338 hsequeira@idrha.pt
REFER	Eng. João Morais Sarmento	(presente mas não assinou)	221051500 221051525 jmsarmento@refer.pt
DG Turismo	Arqta Marta Lazana		213586400
DG da Saúde	Dr.a Maria Leonor Batalha		218430500 kconate@telhe@desexa.min-saude.pt
Capitania do Porto de Setúbal	Capitão-de-fragata Luís M.C. Crispim de Sousa		
Instituto Português de Arqueologia	Dr.a Jacinta Bugalhão		21 361 65 09
CM de Setúbal	Vereador André Valente Martins		265537000
CM de Palmela	Arqto João Carlos Antunes		21336640
CM de Alcácer do Sal	Eng. Edgar Costa		265610063 ambiente@m-alcacerdosal.pt
CM de Grândola	Vereador Paulo do Carmo		269450052 paulodocarmo@hotmail.com
CM Vendas Novas	Arq. Francisco Costa		Dava.planeamento@cm-vendasnovas.pt 265807708
APSS	Eng. Graça Viegas		265542000 gviegas@portodesetubal.pt
ONG's de Ambiente	APASADO - PADEFAH rma Rodrigues		265619180 apasado@mail.telepac.pt

